PEDAGOGOS E A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA NA SOCIOEDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES EM MEDIDA DE INTERNAÇÃO NA FUNDAÇÃO CASA-SP

Anderson Soares de Souza[1]

Introdução

A intervenção de pegagogos na medida socioeducativa de internação envolve uma multiplicidade de ações pedagógicas que podem favorecer processos de reflexão crítica e construção de perspectivas futuras. Trata-se de uma prática que ultrapassa a dimensão estritamente escolar, conforme os estudos de Libâneo (2010) e Souza (2026), e articula práticas educativas, acompanhamento individualizado e mediações cotidianas que contribuem para o fortalecimento de vínculos sociais, afetivos e comunitários de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação.

No contexto da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa-SP), a possibilidade de intervenção pedagógica junto aos socioeducandos constitui uma dimensão central do trabalho desenvolvido por pedagogos. Tais intervenções assumem relevância não apenas no processo formativo desses adolescentes, mas também na produção de registros técnicos que subsidiam a elaboração de pareceres e relatórios encaminhados ao Juízo da Infância e da Juventude responsável pelo acompanhamento de cada caso. Dessa forma, os elementos observados no cotidiano institucional, as evoluções apresentadas pelos adolescentes e os resultados das ações pedagógicas passam a compor importantes instrumentos de análise acerca do percurso socioeducativo de cada sujeito, influenciando decisões relacionadas à continuidade, revisão ou encerramento da medida aplicada.

A socioeducação, como política pública voltada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional (Brasil, 1990; 2012), fundamenta-se em princípios pedagógicos orientados para, dentre outros aspectos, a promoção do desenvolvimento integral dos sujeitos, a construção de projetos de vida e o fortalecimento da cidadania. Nesse contexto, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) estabelece que as ações socioeducativas devem contribuir para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à autonomia, ao pertencimento social e ao respeito à diversidade, bem como favorecer a construção de competências pessoais, sociais e cognitivas (Brasil, 2006).

[1] Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid); pedagogo escolar pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. E-mail: andersoncapixaba@gmail.com



Dito isto, este relato de experiência é fruto da atuação profissional do autor, na função de pedagogo, por mais de dezesseis anos na Fundação Casa/SP, vivência que possibilitou acompanhar o cotidiano dos adolescentes e construir reflexões acerca do papel pedagógico desenvolvido nesses espaços. Parte das práticas aqui apresentadas integra a pesquisa de mestrado defendida no ano de 2015, na Universidade Cidade de São Paulo, intitulada *Atribuições profissionais de pedagogos: entre o prescrito e as práticas cotidianas.* Posteriormente, as discussões produzidas ao longo dessa trajetória acadêmica deram origem ao livro *Pedagogos socioeducativos: saberes e práticas em construção*, publicado em 2026.

Diante disso, torna-se necessário reconhecer que a atuação de pedagogos na socioeducação requer a implementação de práticas educativas que vão além das atribuições administrativas e disciplinares presentes nas instituições de internação. Tal perspectiva aproxima-se das reflexões de Gomes da Costa (2006a; 2006b), ao defender que o educador socioeducativo deve construir relações pedagógicas pautadas na empatia, no respeito e na mediação educativa, reconhecendo os adolescentes como sujeitos de direitos e de potencialidades.

Com base nessas considerações, este texto tem como objetivo central refletir sobre algumas das contribuições da oficina Projeto de Vida para os processos de formação pessoal, educacional e social de adolescentes privados de liberdade, bem como discutir a atuação do pedagogo no contexto da medida socioeducativa de internação. Para tanto, parte-se da seguinte problemática: de que modo práticas pedagógicas dialógicas, desenvolvidas por pedagogos no âmbito da socioeducação, podem favorecer processos de reflexão crítica acerca das trajetórias de vida, identidades, perspectivas profissionais e experiências relacionadas ao ato infracional, e contribuir para a construção de projetos de vida de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação?

Método

Trata-se de um relato de experiência que descreve algumas intervenções que compunham a oficina pedagógica “Projeto de Vida” desenvolvida com adolescentes internos na Fundação CASA-SP, localizada na cidade de São Paulo, no período de 2015 a 2019. O projeto dessa oficina foi organizado com previsão de vinte encontros, cujas atividades eram realizadas, uma vez por semana, nos seguintes locais: salas de aula do ensino formal, pátio de entrada da unidade, quadra de esportes, laboratório de informática e refeitório. A constituição



do grupo participante pautou-se em critérios definidos pela equipe técnica da unidade, priorizando adolescentes que se encontravam em fase de conclusão do cumprimento da medida de internação e cujos relatórios avaliativos seriam encaminhados à autoridade judicial competente para subsidiar decisões relativas à sua desinternação.

A proposta pedagógica teve como principal referência metodológica os círculos de cultura de Paulo Freire, privilegiando uma perspectiva dialógica e participativa. Os encontros eram organizados buscando romper com modelos tradicionais de ensino e favorecer a construção coletiva do conhecimento. Ao discutir os círculos de cultura, Freire (1991; 2003) compreende a educação como um processo de conscientização crítica acerca da realidade vivida pelos sujeitos. Esse movimento ocorre por meio da reflexão sistemática sobre o cotidiano, articulando diferentes linguagens e formas de compreender o mundo.

Fundamentada nessa abordagem, a oficina abordava temáticas relacionadas à identidade, à educação escolar, à diversidade sexual, às relações de gênero, à escolha profissional e ao mundo do trabalho, a partir da problematização de questões como: “Quem sou eu?”, “O que é projeto de vida?”, “Qual a importância da educação escolar?”, “Como pensar o futuro diante das condições concretas de vida?”, “É possível romper o ciclo da violência?”, “Qual o lugar do mundo do crime em meu novo projeto de vida?” e “Quais são os principais desafios enfrentados por adolescentes que desejam se distanciar da criminalidade?”. Para favorecer a reflexão crítica sobre essas questões, a metodologia adotada contemplava tertúlias literárias, análise de filmes e vídeos curtos, interpretação de músicas, rodas de conversa e, sobretudo, dramatizações. Nesse contexto, os jogos teatrais, por meio das contribuições de Spolin (2001), constituíram-se como importante recurso pedagógico para estimular a expressão oral, emocional e corporal dos adolescentes, ampliando as possibilidades de participação, diálogo e compartilhamento de experiências e significados construídos ao longo de suas trajetórias sociais.

Discussão e Resultados

Os resultados e percepções construídos ao longo dos encontros eram sistematicamente compartilhados com a equipe multiprofissional da unidade, composta por psicólogos, assistentes sociais, agentes de apoio socioeducativo e agentes educacionais, contribuindo para a elaboração dos relatórios encaminhados ao Departamento da Infância e Juventude (DEIJ). A intenção era ampliar o repertório simbólico e existencial dos adolescentes e favorecer a



elaboração de sentidos para o presente e para o futuro. Desse modo, as atividades constituíam-se como um referencial para a atuação dos diferentes profissionais que acompanhavam o adolescente.

Durante um dos encontros da oficina, dedicado à leitura e à interpretação de poemas, e outros textos literários, com a finalidade de refletir sobre diferentes aspectos da vida, os próprios adolescentes demonstraram interesse em dramatizar textos de autores como Sabotage, Emicida, Vinicius de Moraes, Mano Brawn, Fernando Pessoa e Clarice Lispector, entre outros poetas/escritores/compositores. Tal iniciativa emergiu do reconhecimento, por parte do grupo, de que a leitura pode se constituir como experiência viva e significativa quando se estabelece uma relação de imersão e diálogo com o texto. Esse interesse também foi atravessado pelo fato de os adolescentes saberem que eu também possuía formação em teatro, o que fortaleceu o vínculo pedagógico e a confiança no processo proposto.

Inicialmente, as apresentações foram realizadas exclusivamente para os familiares e servidores da unidade; posteriormente, o grupo apresentou-se no Fórum das Varas da Infância e Juventude, localizado no bairro do Brás, conforme registro no sítio eletrônico desta instituição (São Paulo, 2019). Ao longo dos ensaios e das apresentações, foi possível desenvolver habilidades como concentração, superação de limites, comunicação assertiva e valorização da literatura e da poesia, compreendidas como dimensões constitutivas de um projeto de vida. Essas experiências eram sistematicamente avaliadas no dia subsequente às atividades, por meio de momentos coletivos de diálogo e reflexão. Nesse processo, valorizava-se a livre expressão dos adolescentes, possibilitando que verbalizassem sentimentos relacionados aos medos, às angústias e às inseguranças presentes durante as apresentações, mas também manifestassem satisfação e entusiasmo diante da oportunidade de participar de atividades externas ao espaço institucional.

As falas dos educandos evidenciaram, ainda, a relevância pedagógica da oficina como estratégia de intervenção socioeducativa, uma vez que tais experiências favoreceram processos de reconhecimento de si, fortalecimento da autoestima e ressignificação de trajetórias. Ao se apresentarem para familiares, servidores da unidade e representantes do Poder Judiciário, os adolescentes demonstravam a necessidade de serem percebidos para além da condição infracional, ou seja: reconheciam a possibilidade de construção de outras formas de pertencimento social. Em diversos relatos, os próprios educandos avaliavam que aquelas atividades representavam oportunidades de realização de ações “diferentes do crime”,



revelando indícios de reflexão crítica acerca de suas experiências de vida e das possibilidades de novos projetos.

Conclusões

A experiência revelou que a construção de espaços dialógicos no contexto da privação de liberdade pode favorecer caminhos significativos de reflexão crítica e expressão subjetiva dos adolescentes. Ao longo dos encontros, os participantes passaram a verbalizar suas experiências de vida, os motivos relacionados ao envolvimento com o universo infracional e os desafios existentes para o rompimento com a lógica do crime, especialmente diante da perspectiva de ascensão financeira rápida proporcionada por atividades ilícitas. Essas experiências aproximam-se da compreensão de Gomes da Costa (2006a), para quem a socioeducação deve constituir-se como espaço de reconstrução do sujeito e do fortalecimento de vínculos humanos e educativos.

À guisa de conclusão, a oficina Projeto de Vida configura-se como uma das múltiplas possibilidades de atuação desenvolvidas por pedagogos no atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação (Souza, 2026). Além disso, constitui-se como um dispositivo pedagógico coletivo capaz de favorecer a expressão dos participantes, promover a ressignificação das experiências vividas no contexto da privação de liberdade e fomentar processos reflexivos relacionados às trajetórias pessoais, educacionais e profissionais dos adolescentes, tanto no âmbito institucional quanto em suas perspectivas de vida para além da instituição.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). São Paulo: Imprensa oficial, 1990.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).** Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinase_2006.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

GOMES DA COSTA. Antonio Carlos. **Socioeducação:** estrutura e funcionamento da

comunidade educativa. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006a.

GOMES DA COSTA. Antonio Carlos. **As bases éticas da ação socioeducativa.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. **O caminho se faz caminhando:** conversas sobre educação e mudança social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SÃO PAULO. **Fórum do Brás recebe jovens da Fundação Casa em sarau poético**. Notícias. Tribuanal de Justiça do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=58307. Acesso em: 21 fev. 2026.

SOUZA, Anderson Soares de. **Pedagogos da Fundação CASA/SP***:* desafios e perspectivas no atendimento socioeducativo. Desenvolvimento & Civilização, v. 4, n. 2, p. 125–151, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/76618. Acesso em: 21 fev. 2026.

SOUZA, Anderson Soares de. **Pedagogos socioeducativos:** saberes e práticas em construção. São Paulo: Dialética, 2026.

SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais:** o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001.

